

Working paper

6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies



BRICS Initiative for
Critical Agrarian Studies

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: FERRAMENTAS PARA
ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

By Luciana V N Rodrigues & Suzi Huff Theodoro

November, 2018

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: FERRAMENTAS PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

By Luciana V N Rodrigues & Suzi Huff Theodoro

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasília – UnB
Brasília, Brazil
Website: <http://www.unb.br/>

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands
E-mail: information@iss.nl *Website:* www.iss.nl

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil
Website: www.ufrgs.br/

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University of Sussex, England
E-mail: info@future-agricultures.org *Website:* <http://www.future-agricultures.org/>

Universidade Estadual Paulista – UNESP
São Paulo, Brazil
Website: www.unesp.br

The Russian Presidential Academy of National Economy and
Public Administration – RANEP
Moscow, Russian Federation
E-mail: information@ranepa.ru *Website:* www.ranepa.ru

College of Humanities and Development Studies
China Agricultural University, Beijing, China
E-mail: yejz@cau.edu.cn
Website: <http://cohd.cau.edu.cn/>

Transnational Institute
The Netherlands
E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS)
University of the Western Cape
Cape Town, South Africa
E-mail: info@plaas.org.za *Website:* www.plaas.org.za

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil
E-mail: terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Resumo: As políticas públicas são ferramentas utilizadas para viabilizar mudanças na sociedade, ampliando os acessos e possibilitando o desenvolvimento de capacidades que fomentem a autonomia dos atores beneficiados. Elas podem atuar e transformar diferentes grupos sociais trazendo novas perspectivas de desenvolvimento integrado, proporcionando mudanças que se propaguem ao longo do tempo. Para tanto, é necessário delinear e planejar o processo de implementação, desenvolvimento e monitoramento da política, de forma a controlar e intervir nas possíveis dificuldades que ocorram no seu percurso. O presente ensaio discute a política pública do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), a qual envolve vários ministérios e diversas outras políticas conjugadas, e que resultam em um conjunto de ações integradas para elevação de renda de pessoas que vivem em uma faixa de extrema pobreza. A Inclusão Produtiva faz parte dessa política e compreende a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Fomento. Tais programas estão fortemente vinculados no objetivo de geração de renda para populações rurais (ampliando as perspectivas de trabalho), e segurança alimentar e nutricional das famílias, incluindo a qualidade alimentar.

Palavras chave: Política pública; Plano Brasil sem Miséria; inclusão produtiva; populações rurais.

Abstract: Public policies are tools used to enable changes in society. They can act and transform different social groups bringing new development perspectives for the beneficiary population. Therefore, it is necessary to outline and plan the implementation process, development and monitoring of policy, in order to control and intervene in possible problems that occur along the way. This paper discusses the public policy that created the “Brazil without Poverty Plan” (PBSM), involving several government departments and combined policies which result in a set of integrated actions to increase income of people living in extreme poverty. The “Productive Inclusiveness” is part of that policy, including the “Technical Assistance and Rural Extension” (ATER) and “Resources to invest” (Foment). Such programs are highly linked in order to increase income of rural populations and bring work perspectives in improving the food and nutritional security of families, improving food quality.

keywords: Public policies, Brazil without Poverty Plan; Productive Inclusiveness; rural populations;

Acronyms

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

SAN Segurança Alimentar e Nutricional

EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

PBSM Plano Brasil sem Miséria

1. Introdução

No Brasil, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), remodelada a partir da instituição da lei nº 12.188/2010, visa um direcionamento pedagógico libertário, participativo e interativo, que permita o desenvolvimento de um projeto produtivo nos parâmetros do que foi estabelecido no Plano Brasil sem Miséria (PBSM)¹, de forma a inserir um contingente da população extremamente pobre do meio rural no processo de desenvolvimento, reduzindo a pobreza e oferecendo outros benefícios, além do aumento da renda. No conteúdo da política do PBSM, uma das pautas estimuladas refere-se à segurança alimentar e nutricional, que resulta em acréscimo ao bem-estar das famílias atendidas.

Desta forma, entre as atividades previstas pela assistência técnica, por meio de extensionistas, está a discussão e a orientação do conteúdo alimentar, considerando que a produção de alimentos por si tende a conduzir a uma reflexão sobre a melhor forma de adquirir nutrientes. A pauta da segurança alimentar conduz a um ideário de capacidades e melhorias permanentes às populações atendidas, contribuindo para viabilizar mudanças possíveis, já que incluem troca de informações e de conhecimento no ato da produção e preparo da alimentação. A possibilidade da ATER ter essa atividade como uma pauta de atendimento, possibilita e estimula os beneficiários(as) a utilizar as boas práticas já conhecidas, acrescentando novas informações, e, ainda, fortalece uma consciência alimentar que poderá melhorar as condições de saúde e facilitar a autonomia daquelas pessoas, então detentoras da produção dos alimentos por elas consumidos.

Esse texto tem o objetivo de fazer uma breve discussão sobre a importância do trabalho do extensionista como forma de ampliar ou garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e como mecanismo de estímulo à produção agroecológica em meio aos agricultores familiares pobres. O presente trabalho resultou de parte de uma pesquisa realizada em 2016, onde foi analisada a implementação do Programa Brasil sem Miséria (PBSM) em meio a pescadores

¹ O Plano Brasil sem Miséria foi criado para ampliar o número de beneficiados do Programa Bolsa Família que estejam vivendo na faixa de pobreza extrema (até setenta e sete reais per capita mês). O Bolsa Família é uma política pública acessada por famílias pobres a partir de um cadastramento no sistema de Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico). Ele foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. Fonte: http://transparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf. Acessado em 15. 03. 2016.

do Sertão do São Francisco, além de estudo de campo em zona rural do Distrito Federal em 2018. A base metodológica utilizada levou em conta o levantamento documental, dados do CadÚnico e entrevista com beneficiários do Programa.

2. Inclusão Produtiva

A produção de alimentos de maneira sustentável faz parte das discussões atuais sobre alimentação humana incluindo nesse contexto a significação da preservação de recursos naturais, segurança alimentar e autonomia alimentar. Ao pensar na produção de alimentos, pode-se ampliar a forma de entender o processo produtivo para além do alimento em si, uma vez que a produção envolve uma cadeia de atos que culmina na refeição à mesa das pessoas.

Entrando em contato com as informações relacionadas à produção, eleva-se o prazer obtido pelo conhecimento dos benefícios dos diferentes alimentos, amplia-se a ingestão das energias necessárias para assegurar a saúde envolvendo, assim, uma extensa interação que acontece entre os produtores rurais e os consumidores.

A preocupação com a produção de alimentos adquire, assim, um entendimento que parte do modo como o alimento é produzido (origem produtiva), interfere em quem o consome de alguma forma. Esta percepção é um dos principais objetivos vinculados às políticas de agroecologia e da agricultura orgânica, pois, em sua essência estimula a estruturação da produção agrícola, familiar e integrada, bem como o consumo consciente.

Nessa perspectiva, a construção de políticas públicas que abarquem esses princípios e necessidades é de interesse de todo país que queira assegurar uma vida digna à sua população, principalmente em características sociais, educacionais e de autonomia, considerando-se que a boa qualidade alimentar é de primordial importância para que outras capacidades (SEN, 2000) sejam alcançadas.

A segurança alimentar e nutricional influi nas atividades diárias, nos aspectos ligados à saúde coletiva, resistência física e mental do indivíduo e nos seus desenvolvimentos psicológicos, sendo observações conhecidas e relatadas em obras como Geografia da Fome de Josué de Castro (1983), onde o autor percorre regiões brasileiras estudando a nutrição da população de baixa renda e demonstrando os vácuos nutricionais como parte integrante de diferenças sociais. Segundo

esse entendimento, a segurança alimentar é parte do direito básico à vida e ao desenvolvimento humano e deve ser tratada como um ponto principal, integrado a diferentes políticas públicas, incluindo a produção dos alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos ou outros componentes químicos.

No Brasil, o acesso às políticas públicas de fomento tem sido um veículo de valor imperativo para a inclusão da população pobre da área rural, que ao longo do processo de formação socioeconômica do país, havia sido relegada a planos secundários e, portanto, excluída das conquistas que o país obteve em seu percurso de construção. Em função da histórica não priorização da inclusão da população rural, agravada pelo alto nível de analfabetismo e/ou analfabetismo funcional no campo, ocorreu um baixo ou inexistente acesso a informações e tecnologias importantes para seu desenvolvimento, incluindo melhoria de renda (SCHWARTZMAN, DURHAM e GOLDEMBERG, 1993).

Ações de combate à fome são, sobretudo, uma decisão política do governo que através do comprometimento orçamentário específico implanta agendas estabelecidas entre sociedade e Estado. Nessa seara de estímulo à inclusão rural, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tornam-se um importante instrumento desenvolvedor de ações integradas para a Segurança Alimentar e Nutricional. A ATER pública, que está diretamente ligada à produção de alimentos, configura-se como um veículo de informações e tecnologias aos pequenos e médios produtores rurais. Dentre essas ações, pensar a segurança alimentar como uma pauta a ser desenvolvida e estimulada pela ATER tende a tornar-se um mecanismo de acúmulo de forças que pode trabalhar de forma integrada para melhorar tanto a consciência nutricional de quem produz como a qualidade do alimento do consumidor final.

Para além desse importante papel, a ATER pode viabilizar, por meio do atendimento individual realizado ao produtor (principalmente ao grupo formado pela agricultura familiar), a ampliação de informações que reduzam outras formas de carências a serem acolhidas pelos direitos constitucionais de proteção.

Recentemente, no Brasil, uma política dessa envergadura foi proposta e executada por meio de ações da ATER. Trata-se do Plano Brasil Sem Miséria, que foi uma política que buscou diminuir as diferenças entre famílias incluídas numa faixa

de renda muito baixa e que não havia alcançado mudanças ao longo do tempo, mesmo com o acesso ao programa Bolsa Família (também um programa de renda mínima continuada). Considerando que grande parte deste público em extrema pobreza encontrava-se no meio rural, um eixo do Plano Brasil sem Miséria buscou induzir a inclusão por meio da produção rural, tendo a preocupação de incluir particularidades de populações tradicionais, como quilombolas, indígenas e pescadores.

Nessa perspectiva, o Plano Brasil sem Miséria foi uma política de Governo que teve como princípio a redução das diferenças sociais e econômicas de populações extremamente pobres, como forma de reduzir as desigualdades, tendo sido inserida em um plano de metas planejadas até 2015 – o Plano Plurianual (PPA). Na concretização dessa política, priorizou-se a preocupação com a população extremamente pobre, abaixo da linha da pobreza e sem perspectiva de melhoria autônoma (CAMPELLO e MELLO, 2014). A formulação do Plano teve início no ano de 2010, com objetivo de dar continuidade à redução da desigualdade, iniciada em ações relacionadas à elevação do emprego e distribuição de renda a partir de 2003 (CAMPELLO e MELLO, 2014).

A linha monetária no Plano Brasil sem Miséria foi proposta na intenção de ser um indicativo que estabelecesse um limite abaixo de um dólar por dia, não significando que quem está acima deste limite não sofra também privações (COSTA e FALCÃO, 2014), mas observando que viver com uma quantia tão ínfima condiz com diversos níveis de atraso e diferenças, uma perpetuação injusta de desigualdade. O limite monetário coincide com uma grande vulnerabilidade que deve ser atendida com prioridade – a vulnerabilidade tem forte laço com a desnutrição funcional.

Pontua-se que embora a renda seja uma variável fundamental na discussão sobre exclusão social, a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas. Além da insuficiência de renda, insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, ocorre recorrentemente o acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia, como outras variáveis importantes e interdependentes. Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado (WERCHEIN e NOLETO, 2003). Apesar de levar em conta a renda como um fator de identificação, o Plano foi pensado em um conjunto de estratégias que vão além da renda (COSTA

e FALCÃO, 2014), incluindo acessos a ações de políticas para luz, água etc. As ações seguiram pressupostos da política de promoção da agricultura familiar, incluindo o desenvolvimento rural e considerando temas como segurança alimentar, agregação de valor e sustentabilidade ambiental (CAMPOS et. al., 2014).

Essas interações conformaram uma estratégia inovadora desse Plano para o campo, visto que uniu ações entre a ATER e a oferta de crédito não reembolsável, que possibilitou a estruturação produtiva dos atendidos (CAMPOS et. al., 2014).

O papel da ATER era o de permitir a inclusão de modos produtivos sustentáveis e agroecológicos, tratando, adicionalmente, de outras formas de inclusão, por meio de cursos que englobariam diversos temas, tais como o associativismo, alimentação, meio ambiente, manutenção dos recursos e gestão de negócios.

O estudo de caso conduzido por Rodrigues (2016), que discutiu a atuação da ATER no Plano Brasil sem Miséria para pescadores do Sertão do São Francisco, concluiu que as ações de ATER foram positivas para facilitar a inclusão das famílias em muitos aspectos propostos pela política. O estudo investigou se houve aspectos positivos a partir da visão dos beneficiários, verificando-se que a inclusão das famílias em um eixo de produção incluindo a disponibilização de recursos financeiros (que visavam inicialmente a concretização de melhorias nas condições de trabalho), resultou em uma nova perspectiva socioeconômica. Para além, a participação da Ater facilitou outras conquistas tais como o acesso à água, à energia elétrica e outros aos serviços públicos, que melhoraram as condições de vida e, por consequência, o acesso a alimentos de melhor qualidade. O acesso se dá tanto pela melhoria da renda, que permite adquirir alimentos mais variados no mercado como pela produção de alimentos para o consumo, ou mesmo a conservação dos alimentos pela obtenção de maquinário como freezer e geladeira. Na questão do autoconsumo, os dois resultados influenciam-se mutuamente, dado que a economia gerada também pode ser considerada renda acumulada.

Outro desdobramento da pesquisa de Rodrigues (op. cit.) com relação à ATER, refere-se à importância de outras temáticas trabalhadas no âmbito da assistência técnica e extensão rural que dizem respeito à agroecologia e à conscientização ambiental. Tais temas, fortemente vinculados ao Plano, visam a obtenção de produtos saudáveis (livres de agrotóxicos),

bem como o estímulo a formação de redes curtas de comercialização, que potencializam o barateamento dos produtos e o acesso a alimentos de melhor qualidade.

Percebendo esse potencial o Brasil sem Miséria inseriu a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como uma das atividades ou temas a serem incluídos ao longo das ações de inclusão produtiva. A presença da segurança alimentar dentro da política é transversal, procurando associar a produção com outras alternativas para melhoria da alimentação.

Para tanto, o programa tem a proposta de desenvolver discussões a respeito da melhoria da vida de quem recebe diretamente a política, de quem convive com esses produtores e para quem compra deles. Alcançar este objetivo é um desafio que permitirá a interligação ou formalização de uma rede de informações compartilhadas, proveniente de uma atividade aparentemente simples que é prestar ATER de qualidade àqueles que necessitam de assistência para assegurar melhoria da produção. Sem essa indução, por meio de uma política pública, dificilmente este grupo de pequenos produtores teria acesso aos benefícios desencadeados pela assistência pública.

3. ATER: Inclusão Produtiva para o fortalecimento da Segurança Alimentar

Durante os estudos com os pescadores do território do Sertão do São Francisco foi possível observar que a alteração alimentar para essa população estava ligada à pesca e às ações da Inclusão Produtiva, os quais foram direcionadas, por escolha dos atendidos, à projetos ligados a essa prática laboral. Os pescadores envolvidos na pesquisa tiveram a possibilidade de participar da formulação dos projetos, em especial, aqueles ligados à melhoria de equipamentos de estocagem, ou de petrechos e de equipamentos que visavam a continuação da atividade produtiva já praticada. Foi observado após a pesquisa que, segundo esse público, não houve melhoria ou alteração na qualidade, uma vez que não foi percebido a ampliação da oferta de alimentos. De outro lado, do ponto de vista científico, a observação do campo pode colher percepções de que o aumento da pesca favoreceu o acréscimo da quantidade de proteína ingerida, especialmente quando a atividade principal era combinada como a produção de aves para postura, o que facilita a introdução de outras proteínas na dieta.

Outro ponto percebido pelos produtores foi o fato de que a refrigeração de alimentos, a partir da aquisição de equipamentos, como freezers, teve um impacto positivo, possibilitando a estocagem dos alimentos proteicos e, de forma indireta, o aumento da oferta desses produtos à população local e em comércio da região.

Outra investigação sobre o mesmo Programa, desta vez conduzido entre agricultores familiares que vivem no Distrito Federal (DF), no assentamento Monjolo e Córrego do Ouro, localizados nas regiões administrativas do Gama e de Sobradinho, respectivamente, avaliou as ações que buscaram potencializar a criação de aves (para o abate e ovos), além da implantação de hortas com produtos agrícolas (mandioca, milho). Foi possível perceber que a inclusão produtiva, intermediada pela ATER, teve uma clara percepção de melhoria dos atendidos, especialmente no que se refere à qualidade alimentar, tanto pela geração de renda como pela produção.

Nessa pesquisa, complementar à outra, realizada no sertão do São Francisco pela mesma autora, todos os entrevistados (13 entrevistas) reconheceram que a alimentação se tornou mais nutritiva e de melhor qualidade, principalmente pelo maior consumo de proteína, hortaliças e frutas. Deve ser salientado que a coleta dos dados para a pesquisa realizada em meio aos agricultores do DF foi efetuada dois anos após o término do Programa. Os resultados são interessantes e animadores ao identificarem a durabilidade nas questões nutricionais dos atendidos.

Importa destacar que as ações de ATER mencionadas nos dois casos descritos ocorreram na mesma época (entre 2013 e 2016) com resultados positivos no que se refere à melhoria alimentar e nutritiva aos atendidos. A observação recente no DF é válida, apesar de complementar, porque permitiu averiguar a situação após o encerramento das ações do Programa, já que a coleta de percepções no Sertão do São Francisco ocorreu durante o desenvolvimento das ações de implementação.

Na observação de implementação já havia o indicativo de que haveria uma melhora na qualidade e manutenção de alimentos, como acima apontado. No DF a investigação após o término das ações revelou a manutenção dos benefícios relativos ao acesso e a melhoria dos alimentos, já que a maioria dos entrevistados informou que permaneceu produzindo e, conseqüentemente, mantendo a melhor qualidade e acesso aos alimentos. Esta análise pós-Programa, também permitiu

que se constatasse que algumas famílias não permaneceram atuando na produção e venda de animais (galinhas) após o seu término. No entanto, ainda mantem as estruturas físicas construídas (galinheiros) e mantem algumas aves para consumo, o que garante o aporte nutricional.

Nos dois casos acompanhados, o reconhecimento da atuação dos profissionais de ATER foi registrado como fundamental para o desenvolvimento dos projetos. Ainda que a ATER tenha uma atuação de forma indireta na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias, já que não realiza a orientação dietética, observa-se que o serviço aponta uma atuação paralela á melhoria alimentar. De forma atuante o técnico leva informações ou as proporciona aos atendidos, por meio de orientações ou indicações a serviços e capacitações, resultando em uma consciência alimentar, além da produção, que em si já leva a obtenção de alimentos de melhor qualidade.

A SAN é uma das características envolvidas no PBSM e um dos focos do Programa. Ainda que houvesse dúvidas sobre a capacidade (ou o papel) do técnico extensionista em levar mais que o aporte técnico para produção, o resultado aqui apresentado de pesquisas conduzidas durante e após as ações do Programa, revela que a política de Ater é importante e necessária por resultar na melhoria da produtividade e no aumento da segurança alimentar e nutricional. Ações que se revertam em ganhos múltiplos tentem a ampliar os benefícios e assegurar os seus resultados do ponto de vista temporal.

Adicionalmente, a pesquisa realizada na Bahia e no Distrito Federal mostrou que os técnicos extensionistas foram vistos para além de profissionais, mas como parte de um processo social, essa percepção parece ter sido um dos fatores principais para o desenvolvimento e resultados alcançados em ambos os projetos. Neste aspecto, apesar de a SAN não ser uma configuração direta do serviço técnico no campo, ela pode ser desenvolvida pela intermediação da ATER que tem como principal função a produção, incluindo a orientação e o estímulo ao desenvolvimento das atividades desse setor. Assim, inclusão de aferições sobre a ampliação da SAN em atividades de ATER pode se configurar como um indicador interessante a ser averiguado em futuras ações do Programa

3. Conclusão

O desenvolvimento de políticas integradas, incluindo a educação não formal possibilitada pela ATER - dentro dos princípios agroecológicos e estímulo à segurança alimentar e nutricional - parece elevar em vários aspectos a produção da agricultura familiar, mas, também a conquista de outros objetivos relacionados ao acesso à alimentos de maior aporte nutricional.

Considerando que este setor é o principal fornecedor de produtos in natura, os quais são consumidos pelos brasileiros, e que, além disso, potencializa o conhecimento associado aos aspectos nutricionais dos produtos, pode-se concluir que o aprofundamento das ações de Ater viabiliza e potencializa resultados positivos para os beneficiários, conforme observado na pesquisa de campo conduzida por RODRIGUES (2016) e com a análise realizada em estudo mais recente em meio aos agricultores contemplados por ações semelhantes no Distrito Federal.

Por mais que se tenha em conta que uma alimentação de qualidade normalmente signifique uma produção de alimentos com melhores condições produtivas, pode-se supor que informações relacionadas à ampliação dos conhecimentos formais e empíricos acabam por influenciar nas escolhas de cada parte do processo, desde a produção até o consumo e resultam em melhoria de outros indicadores.

Conclui-se que apesar das ações da ATER não estarem diretamente ligadas à política de Segurança Alimentar e Nutricional, sua atuação pode funcionar como instrumento de acesso ou mudança do que é produzido e conseqüentemente do que é consumido, quantitativamente e qualitativamente, além de potencializar as informações sobre qualidade alimentar no campo, permitindo melhoria da forma de alimentação, ou do processamento dos alimentos.

References

CAMPELLO, Teresa. E MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: _____ (Org.). *O Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS, P. 33-65. 2014.

CAMPOS et. al. Inclusão Produtiva Rural no Plano Brasil Sem Miséria: Síntese da Experiência Recente em Políticas Públicas para o Atendimento dos Mais Pobres no Rural Brasileiro. In __ Org. *O Brasil sem Miséria*. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS. 447-465. 2014.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

COSTA, Patrícia. E FALCÃO, Tiago. O eixo de Garantia de Renda do Plano Brasil sem Miséria. In __ Org. *O Brasil sem Miséria*. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS. 237-259. 2014.

RODRIGUES, Luciana. *O papel da ATER no processo de implementação do plano Brasil sem Miséria no meio rural: o caso dos pescadores do território do sertão do São Francisco, Bahia*. Dissertação de mestrado, Meio Ambiente e Departamento de Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Brasília DF, 2016.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras. São Paulo. 2000.

SCHWARTZMAN, Simon, DURHAM, Eunice, E GOLDEMBERG, José. *A Educação no Brasil em uma Perspectiva de Transformação*. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. NUPES. São Paulo. 1993.

WERCHEIN, Jorge. NOLETO, Marlova Jovchelovitch. (Org.) *Pobreza e Desigualdade no Brasil – traçando caminhos para a inclusão social*. Anais do Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil Brasília, 8-9 de maio de 2003. UNESCO. Brasília. p.17-250. 2003

lunovaisrodrigues@gmail.com; suzitheodoro@unb.br

about the author

Autoras:

LUCIANA VIEIRA DE NOVAIS RODRIGUES – Bióloga, Gestora Ambiental (2007) e Especialista em Desenvolvimento Sustentável (2009), Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (2016), pesquisadora em políticas públicas de fomento rural no Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB. Foi funcionária do Governo Federal em inúmeros projetos com povos e comunidades tradicionais, entre 2000 e 2015.

SUZI HUFF THEODORO - Geóloga, funcionária da Petrobras, cedida à Secretaria de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário (SEAD), pesquisadora colaboradora sênior da Universidade de Brasília (UnB), onde ministra a disciplina Gestão do Território e coordena pesquisa ligadas à agroecologia, junto à agricultura familiar. Tem cerca de 100 artigos publicados em jornais, revistas, livros e congressos nacionais e internacionais. Possui pós-doutorado em gestão e políticas ambientais; doutorado em Desenvolvimento Sustentável (2000) e Mestrado em Geologia Econômica (1995), pela UnB. Especialização na School for Energy Limited, Londres (2009) e na Fundação Getúlio Vargas (2015). Recebeu prêmios nacionais e internacionais por suas pesquisas relativas à técnica de Rochagem.

